ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM REGIÕES CENTRAIS E A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO: O CASO DO BAIRRO JARDIM NOVA ESPERANÇA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP (APOIO UNIP)

Aluno: Stéfano Alves Moreira

Orientadores: Prof. Paulo Eduardo de Oliveira Costa

Profa. Dra. Fabiana Felix do Amaral e Silva

Curso: Arquitetura e Urbanismo

Campus: São José dos Campos

A pesquisa buscou esclarecer em todo seu desenvolvimento como as questões teóricas levantadas se apresentam na realidade por estudo de caso específico. Foram primeiramente realizadas leituras e a revisão da bibliografia da temática que possibilitaram levantar os problemas estruturais urbanísticos quanto à produção capitalista do espaço, apontando as fragilidades do tecido urbano em decorrência do capital, como cidade fraturada, invisível, e as escalas de análise. Num segundo momento, foi realizada uma análise do território a fim de compor uma percepção real, sua relação com a cidade legal e a morfologia do sítio com referência na bibliografia estudada. Também foram levantados dados socioeconômicos dos moradores com documentos da Prefeitura, conforme metodologia, evidenciando a fratura e invisibilidade da comunidade com o restante da cidade de forma física e social. O estudo de caso foi realizado na cidade de São José dos Campos, apresentado como Bairro Jardim Nova Esperança, comunidade situada em uma área de proteção ambiental e parte da várzea do Rio Paraíba do Sul, denominado como banhado, localizada na região central da cidade. A comunidade teve sua ocupação iniciada em 1931 devido à depreciação do café e teve sua população inflada a partir dos anos 50, com a instalação do Centro Técnico Aeroespacial e industrialização vertiginosa da cidade até os anos 80. Hoje, a área é classificada como núcleo congelado pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos e encontra-se em processo de remoção. Durante grande parte do tempo, a comunidade passou despercebida pela sociedade civil e Estado, porém, com advento de grande movimentação da construção civil e especulação imobiliária no início dos anos 2000, a área se tornou uma região de conflito de interesses. O poder do capital, com o consentimento do Estado, vem trabalhando desde então com intuito de suprimir o direito de propriedade dessa população, colocando-a a margem da sociedade com propaganda negativa e supressão da infraestrutura existente no local. O destino dessa população se encaminha para assentamentos de casas precárias, construídas pela Prefeitura Municipal em regiões afastadas e periféricas da cidade, sem serviços públicos básicos, transporte ineficiente e distante de postos de trabalho ou em conjuntos de edifícios, desconsiderando que grande parte da população vive da plantação e comércio de hortaliças. Depois de fazer a revisão bibliográfica sobre o tema e análise do território, foi possível identificar a cidade fraturada e invisível no que tange à comunidade hoje e a solução paliativa e ineficaz do Estado ao tratar essa situação, cedendo a interesses particulares e realocando essa população na periferia da cidade, conforme as escalas de análise retratam.